



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7208 - Trabalho Completo - 14a Reunião da ANPEd – Sudeste (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 18 - Educação de Pessoas Jovens e Adultas

Apropriação de práticas de numeramento escolares por uma estudante idosa da EJA envolvendo prazos de validade

Flávia Cristina Duarte Pôssas Grossi - FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Agência e/ou Instituição Financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

### **APROPRIAÇÃO DE PRÁTICAS DE NUMERAMENTO ESCOLARES POR UMA ESTUDANTE IDOSA DA EJA ENVOLVENDO PRAZOS DE VALIDADE**

Considerando os desafios do reconhecimento e da garantia do direito das pessoas idosas à educação escolar, e tomando as práticas matemáticas, entendidas como práticas socioculturais (e, por isso, aqui chamadas de práticas de numeramento), como um componente decisivo na configuração das relações nas sociedades grafocêntricas, interessamos, neste texto, refletir sobre os modos pelos quais uma estudante da EJA, de 64 anos de idade, se apropria de práticas de numeramento escolares.

Tomando a escola como agência de letramento, consideramos importante refletir sobre a relação dessa e de outras mulheres com ideias, símbolos e critérios matemáticos que permeiam os textos que circulam em diversas instâncias da vida social e os investem dos valores e dos modos cartesianos de pensar o mundo. Com essa intenção, tomamos como referência os estudos sobre apropriação de práticas de numeramento escolares, considerando as dimensões sintática, semântica e pragmática da linguagem como dimensões que coexistem e são mobilizadas pelas e pelos estudantes da EJA em seus esforços de significação das práticas discursivas de numeramento escolares (SMOLKA, 2000; FAIRCLOUGH, 2001; FONSECA, 2017; 2020).

Para subsidiar a reflexão que aqui trazemos, selecionamos, do material empírico que produzimos em uma dinâmica de etnografia da sala de aula, acompanhando 12 mulheres em processo de envelhecimento em uma turma de Alfabetização da EJA, um recorte da interação entre essas mulheres e a professora da turma, que versa sobre prazos de validade. A interação, se institui a partir das vivências que instanciam, das interdições que parametrizam e das estratégias que potencializam a constituição de uma das mulheres idosas da turma, de baixa escolaridade e pobre, como sujeito de cultura, de conhecimentos e de aprendizagens, quando se vê às voltas com sistemas de medição de tempo, em especial, diante da leitura de registros prazos de validade.

A atividade analisada origina-se numa dinâmica planejada e estabelecida pela professora para proceder uma análise metalinguística do gênero textual “rótulo”. Para

explicitar o conjunto de informações que esse texto veicula (porque interessa a quem o produz e o consome ou para atender a exigências legais), a professora levou para a sala de aula folhas em que estava impresso o rótulo de um bolo de banana industrializado e entregou uma folha para cada estudante. O primeiro elemento do gênero textual “rótulo” escolhido para estudo naquela turma, conforme a dinâmica proposta pela professora, foi a validade.

Durante o seu projeto inicial de análise textual, a professora volta sua intervenção pedagógica para a habilidade de localização da informação do prazo de validade do bolo de banana no rótulo e se preocupa em dar dicas sobre o estilo do texto. Todavia, no decorrer da interação, ela procura encaminhar a discussão para uma *prática social* (ler e conferir importância à leitura do prazo de validade antes da efetivação ou não da intenção de compra de algum produto). Tal encaminhamento ecoa na pergunta da professora sobre o costume das estudantes de “*ver*” – *localizar, ler e considerar* – a validade: “*Vocês têm o hábito de ver a validade dos produtos que vocês compram?*”

Porém, uma das estudantes da turma, dissocia essas três atividades que a professora parece ter condensado no verbo “*ver*”. Ela afirma *considerar* a validade, mas confessa não saber *ler* essa informação (e, talvez, nem sequer *localizá-la* no rótulo): “*Eu tenho. Mas, vou falar a verdade, eu não sei olhar não*”. Essa dissociação denuncia interdições sofridas por ela ao longo da vida como consequência: de sua condição de analfabeta nesse sistema de registro de datas; e da situação econômica de extrema pobreza que vivenciara na infância, na juventude e até na vida adulta, antes da conquista da aposentadoria (relatada à pesquisadora durante a entrevista), que a impediu de desenvolver protocolos de compra dos próprios produtos nos estabelecimentos comerciais (por viver, principalmente de doações), entre eles, “*o hábito de ver a validade dos produtos*”.

Essas (im)possibilidades da relação com o texto que veicula a data de validade, de certa forma, interdita (porque inviabiliza, dispensa, ou relativiza) essa e outras estudantes – em processo de envelhecimento e de alfabetização – a leitura dos prazos de validade dos produtos (localização do registro, apropriação dos sistemas linguísticos que os expressam, uso e avaliação da informação veiculada). Compõem, portanto, essa prática de numeramento (leitura de prazos e datas de validade) e determinam a configuração de sua apropriação por aquela mulher como um modo próprio de constituir (ou não) o “*hábito de ver a validade dos produtos que vocês compram*”.

Se a resposta da professora: “*Não sabe não, né?*”, sugere que ela não estaria tão surpresa com o fato de a estudante (e, possivelmente outras senhoras da turma que silenciam diante de sua pergunta) não saber “*olhar*” a validade, a réplica dessa senhora confronta a possível conclusão de que ela estaria completamente distanciada daquela prática de leitura. A estudante explicita sua tática (CERTEAU, 1998) para acesso e uso pragmático dessa informação: “*Eu peço pra olhar pra mim*”.

O posicionamento discursivo que essa senhora assume desafia a lógica escolar que supõe a impossibilidade de participação na prática de leitura àqueles que não dominam o sistema de escrita utilizado. A essa lógica estão associados não só uma concepção de prática de leitura mas também modos de ver o mundo e de valorar habilidades que sustentam essa concepção e, conseqüentemente, as práticas escolares de ensino da leitura.

Nessa direção, consideramos que a aprendizagem do conhecimento socialmente produzido sobre “*ver*” (localizar, ler e considerar) os prazos de validade dos produtos é um bem cultural de que essa mulher, alfabetizanda da EJA, se apropria não apenas naquela aula, mas ao longo da vida, em eventos que protagoniza ou testemunha relacionados a essa prática social e que a convocam naquela interação para a produção de significados próprios, na relação dialética com valores e intenções pragmáticas que ali se confrontam.

Ao tornar próprio, tornar seu e significar (SMOLKA, 2000) aquilo que lhe foi apresentado ao participar da prática de numeramento escolar, essa senhora, ressignifica não apenas as dimensões sintática e semântica que envolvem o registro de prazos de validade, mas também sua condição de mulher idosa e analfabeta diante do sistema de registro de datas. Essa abordagem relacional do processo de apropriação de práticas de numeramento escolares, nos indica a emergência de uma mulher idosa, pobre, viúva e em processo de alfabetização que se posiciona ativamente e (re)estrutura as práticas escolares, não se sujeitando a ser posicionada, conformada ou inferiorizada por elas, conforme indica Fairclough (2001) ao considerar a constituição dialética do sujeito que ora se coloca como um agente ativo nas práticas discursivas e ora se apresenta como um efeito ideológico das condições sociais e das relações de poder.

**Palavras-chave:** Apropriação; Práticas de numeramento; Mulheres idosas; EJA.

## REFERÊNCIAS

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Editora Vozes: Petrópolis, 3 ed, 1998.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. 1, ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FONSECA, Maria da Conceição Ferreira Reis. Práticas de numeramento na EJA. *In*: CATELLI JUNIOR, Roberto (Org.). *Formação e prática na educação de jovens e adultos*. São Paulo: Ação Educativa, 2017.

\_\_\_\_\_. Numeracy in Youth and Adult Basic Education: syntactic, semantic, and pragmatic dimensions of a discursive practice. *ZDM – The International Journal on Mathematics Education*, v. 22, p. 395-406, 2019.

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. O (im)próprio e o (im)pertinente na apropriação das práticas sociais. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 1, n. 50, p. 26-40, abr. 2000.